

UM SÓ NOME PEC PRETENDE TORNAR BRASÍLIA MAIS AMPLA, INCLUINDO CIDADES-SATÉLITES

Todos vêm da mesma terra

ROOSEWELT PINHEIRO/ABR



■ CRISTOVAM ACHA O ARTIGO DISCRIMINATÓRIO E PRECONCEITUOSO

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) elabora uma Proposta de Emenda Constitucional que altera o parágrafo 1º do Artigo 18, no qual está previsto que apenas Brasília é capital federal. Ele considera que, pela leitura que é feita do trecho, as demais regiões administrativas do Distrito Federal não têm nada a ver com Brasília, a não ser a proximidade geográfica.

Cristovam considera o artigo discriminatório e constrangedor para os demais cidadãos que moram próximos de Brasília, nas cidades-satélites e nas localidades agregadas.

"Brasília ficou reduzida quase a um nome-símbolo da sede administrativa, condição da qual

discordo. Os habitantes do DF, independentemente da localidade em que vivem, são igualmente brasileiros e não podem sofrer discriminação", defende.

Caso a proposta seja aprovada, as cidades-satélites deixariam de ser chamadas, por exemplo, de Ceilândia, Taguatinga e Samambaia, para ser tornarem parte integrante de Brasília.

No Senado, a PEC tem apoio irrestrito do democrata Adelmir Santana (DF). Para ele, a intenção do projeto é diminuir as desigualdades daqueles que moram em regiões menos abastadas do DF. "Às vezes, na rua, a pessoa pergunta: 'Onde você mora?' E a outra responde: 'Em Brasília'.

'Mas em qual lugar', insiste. 'Em Itapoã'. 'Então, você não mora em Brasília'. Esse tipo de situação é lamentável. Com a aprovação, isso mudaria", explicou.

A PEC entrou na pauta da Comissão de Constituição, Justiça do Senado. Contudo, não foi votada porque três senadores pediram vistas. "Preciso analisar o texto com mais profundidade. É prematuro votar agora", entendeu o senador Aloízio Mercadante (PT-SP), membro da CCJ. Os outros dois parlamentares que pediram vistas foram o senador Antônio Carlos Júnior (DEM-BA) e Jefferson Péres (PDT-AM) – terão uma semana para analisar a PEC.

O presidente da CCJ, se-

nador Marco Maciel (DEM-PE), garantiu a discussão da PEC na próxima quarta-feira. "Acredito na aprovação. Os demais membros se mostraram sensíveis à causa", afirmou Adelmir Santana, que fez esforço para explicar o mérito para os demais parlamentares.

Depois de aprovada na CCJ, a PEC segue para votação, em dois turnos, no plenário do Senado. Se os senadores aprovarem a proposta, é encaminhada para uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados para, então, ser levada a votação no plenário da Casa. Segundo fontes do Palácio do Planalto, o projeto já é de conhecimento do presidente Lula, que se mostrou favorável.